

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PARECER DE CONTROLE INTERNO**

**PCI Nº 0431/2025 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

<b>INTERESSADO</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISDMO; E SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE.</b>
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO</b>	<b>Nº 149/2025-PMX</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 023/2025-PMX</b>
<b>ORDENADORA DA DESPESA</b>	<b>OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JUNIOR / GENIVAL FERNANDES DA SILVA / ARIANA FERREIRA FONSECA / ANTONIO PEREIRA GUIMARÃES / JANAINA PEREIRA FERREIRA.</b>
<b>AGENTE DE CONTRATAÇÃO</b>	<b>THAINÁ BRAGA MATOS</b>
<b>OBJETO</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE XINGUARA/PA.</b>

**I-INTRODUÇÃO:**

Trata-se de análise da **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 023/2025-PMX**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE XINGUARA/PA**. A documentação está arquivada em 01 (uma) pasta da própria Secretaria, e deu entrada a este Núcleo de Controle Interno, para análise obrigatória e emissão de parecer;

**1. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

O processo foi instruído com base na Lei Federal nº 14.133/2021, composto por 1 (um) volume, contendo os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização da Demanda – DFD das Secretarias requisitantes;
- b) Estudo Técnico Preliminar- ETP;
- c) Orçamento estimado, baseado em levantamento de valores de mercado com a Respectiva Cotação de Preços;
- d) Declaração de Previsão Orçamentária;
- e) Declaração de Adequação Orçamentária das Secretarias requisitantes, com a respectiva autorização;
- f) Termo de Referência;
- g) Autuação do Processo de Dispensa;
- h) Portaria de Nomeação da Agente de Contratação e Equipe de Apoio;
- i) Minuta de Aviso de Dispensa e requisitos de habilitação;
- j) Minuta do contrato;
- k) Despacho ao Jurídico.
- l) Parecer Jurídico nº 280/2025/AJEL, datado do dia 13/08/2025, atestando a regularidade do processo de dispensa de licitação na sua fase interna, assinado pelo Assessor Jurídico Dr. Nilson José de Souto Junior.
- m) Comprovantes da publicação do Aviso da Dispensa de Licitação, no Diário Municipal, Site da Prefeitura e Portal da Transparência, nos dias 13 e 14/08/2025;
- n) ATA DAS PROPOSTAS, expedida pelo Portal de Compras Públicas;
- o) ATA PARCIAL, expedida pelo Portal de Compras Públicas;
- p) RANKING, expedida pelo Portal de Compras Públicas;
- q) RELATÓRIO DE VENCEDORES, expedida pelo Portal de Compras Públicas;
- r) Documentação de Habilitação da empresa vencedora do certame;
- s) Proposta Readequada ao resultado do certame;
- t) Parecer Jurídico nº 306/2025/AJEL, datado do dia 25/08/2025, atestando a regularidade do processo de dispensa de licitação na sua fase externa, e recomendando a sua homologação, assinado pelo Assessor Jurídico Dr. Nilson José de Souto Junior.
- u) ATA TOTAL, expedida pelo Portal de Compras Públicas;

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

- v) Termo de Adjudicação do Objeto, expedido pelo Portal de Compras Públicas, em 25/08/2025, assinado pelo Gestor, o Sr. Osvaldo de Oliveira Assunção Junior, Prefeito Municipal;
- w) Termo de Homologação do Certame, expedido pelo Portal de Compras Públicas, em 25/08/2025, assinado pelo Gestor, o Sr. Osvaldo de Oliveira Assunção Junior, Prefeito Municipal,

## **2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA**

Ressalta-se que as informações acostadas aos autos são de inteira responsabilidade das Secretarias demandantes, bem como do Agente de Contratação designado para a condução do certame licitatório, que tem competência para tal, cabe à Controladoria, de acordo com a Lei Municipal nº 984/2017 a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública municipal.

Neste sentido, cabe a ressalva quanto a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de **conhecimento** da ilegalidade ou irregularidade e se, dela, **não informar tais atos ao Tribunal de Contas** no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle Externo.

Importante também destacar que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, nem confere “atesto” de recebimento dos materiais/produtos/serviços ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição pertence ao Gestor e ao Fiscal de Contrato devidamente nomeados para essa função.

## **3. ANÁLISE DO PROCEDIMENTO - EXAME DA LEGALIDADE**

### **3.1. Da escolha do procedimento**

Cumprе ressaltar que a Constituição Federal em seu art. 37, inciso XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas por meio de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta, a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

Contudo, a própria Constituição, ao admitir exceções à regra da licitação, permite que o legislador ordinário, pondere o dever de impessoalidade previsto no artigo 37, caput, com outros princípios e valores envolvidos na contenda e eleja situações em que, no seu entender, a licitação possa vir a ser afastada. (Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/21 – Comentada – Leandro Sarai).



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

Há duas formas de contratação direta: a decorrente da impossibilidade fática de se proceder a uma competição para a contratação em questão (inexigibilidade de licitação) e a que ocorre em razão do permissivo constitucional da parte inicial do artigo 37, XXI, da CF.

No primeiro caso, denominado “inexigibilidade”, a lei meramente declara o que pode ser extraível da própria lógica: se for inviável o uso da licitação para a compra desejada, ela é inexigível.

Já no segundo caso, a lei permite o afastamento da obrigatoriedade da licitação, por entender haver valores mais importantes em jogo do que os protegidos pelo procedimento competitivo. De modo que o gestor público deve analisar a conveniência e oportunidade de, no caso concreto, proceder à contratação mediante licitação ou diretamente, escolhendo aquilo que mostrar mais vantajoso.

Portanto, Lei 14.133/21 resvalou a exceção, nos casos e aquisições descritas no artigo 75, em que são oportunidades da administração, de forma discricionária utilizar um mecanismo mais simplificado de contratações, seguindo o rito previsto no artigo 72.

Nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a contratação por dispensa de licitação pode ser realizada quando houver possibilidade de se enquadrar nos limites estabelecidos para contratações diretas, desde que demonstrada a vantajosidade da contratação e respeitados os princípios que regem a Administração Pública.

O presente caso se enquadra nessa hipótese, uma vez que a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE XINGUARA/PA** busca garantir atendimento rápido e eficaz das demandas desta municipalidade.

### **3.2. Do Parecer da Assessoria Jurídica**

O artigo 53 da Lei 14.133/21 trata do controle prévio de legalidade do processo licitatório pelo órgão de Assessoramento Jurídico da Administração. Assim, na forma deste artigo, o legislador não exige apenas a apreciação do edital e anexos, mas de todo o processo licitatório e os atos praticados na fase preparatória.

Além disso, a lei também exige o controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Nesse caminhar de pensamento, no âmbito do processo licitatório, o controle preventivo de legalidade é exercido por meio de emissão de Parecer Jurídico. Via de regra, o parecer é obrigatório quanto à sua presença, uma vez que é permitido pelo § 5º do artigo 53 que a autoridade máxima competente dispensa a análise jurídica em razão do baixo valor, baixa complexidade da contratação, entrega imediata do bem ou utilização de minutas padronizadas.

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

Por outro lado, apesar do veto do § 2º, é entendimento pacífico que o parecer jurídico não é vinculante, admitindo-se que seja rejeitado motivadamente, como previa o texto vetado, evidenciando a liberdade e a responsabilidade do gestor, principalmente quando praticar o ato administrativo em discordância do parecer da assessoria jurídica.

Na hipótese de aprovação de minutas padronizadas pelas assessorias jurídicas (art. 25, § 1º) o Plenário do TCU, define quais seriam as responsabilidades tanto do parecerista quanto do agente público:

*(...) ao aprovar minutas-padrão de editais e contratos, a assessoria jurídica mantém sua responsabilidade normativa sobre procedimentos licitatórios em que tenham sido utilizadas. AO gestor caberá a responsabilidade da verificação da conformidade entre a licitação que pretende realizar e a minuta-padrão previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica. Por prudência, havendo dúvida da perfeita identidade, deve -se requerer a manifestação da assessoria jurídica, em vista das peculiaridades de cada caso concreto. ( TCU-PLENÁRIO. ACÓRDÃO 1504/2015, re. Min. Walton Alencar Rodrigues).*

Boa parte da doutrina coaduna com a interpretação de que o parecer, de fato, não teria natureza vinculante, já que se trata de uma opinião jurídica emitida por um operador do Direito e tem função tão somente de orientar o Administrador na tomada de decisão.

A fim de elucidar o supra exposto, colaciono a lei abaixo, senão vejamos do artigo 53 da Nova Lei:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54. § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

***§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico. ( grifei)***

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

Assim, a Assessoria Jurídica emitiu **Parecer Jurídico nº 306/2025/AJEL**, opinando pela regularidade do procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 023/2025/PMX**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, recomendando a continuidade da contratação da **empresa T C BORRACHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.640.458/0001-80, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE XINGUARA/PA**, com valor total de **R\$ 46.900,00 (Quarenta e seis mil e novecentos reais)**.

#### **4. DA MODALIDADE - DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A modalidade escolhida encontra respaldo no artigo 75, Inciso II, uma vez que o valor não ultrapasse o limite de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). No presente caso, o valor da contratação é de R\$ 46.900,00 (Quarenta e seis mil e novecentos reais), estando, portanto, dentro do limite estabelecido pela norma, e pode se utilizar dessa possibilidade de contratação para as o atendimento das demandas urgentes desta municipalidade.

Diante do exposto, a modalidade escolhida se amolda ao caso em testilha, estando dentro da legalidade e dos princípios instituídos da Lei 14.133/21, uma vez que está ajustado nos termos da Lei.

##### **4.1. Da composição de preços**

Outro fator muito importante, não só nesta modalidade escolhida, mas em todas as demais, é a comprovação dos preços ofertados pelos interessados e os adquiridos pela Administração, mesmo sendo este um procedimento simplificado.

Assim, os preços dos serviços ora contratados foram comparados por meio de outras propostas, cujos preços estão dentro da média praticada no mercado.

Diante do exposto, o valor apresentado pela empresa **T C BORRACHARIA LTDA**, estão em conformidade com o estimado para esta contratação, os atestados de capacidade técnica da empresa comprovam a expertise.

O processo foi publicado, cumprindo o princípio da publicidade, dentro do prazo estipulado na Lei.

#### **5. DO PROCEDIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nesse caminhar de pensamento, o processo de Dispensa de Licitação é norteado pela Lei nº 14.133/2021, prevê, em seu artigo 75, Inciso II, o que segue:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.*

Ressalta-se que o valor disposto no Inciso II, do Art. 75, da Lei 14.133/2021, foi atualizado pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Todos os requisitos imperativos da norma seguem adimplidos.

Portanto, vislumbro que o procedimento de Dispensa sob o manto a nova Lei encontra-se atendido quanto aos seus requisitos.

## **6. CONCLUSÃO**

Face ao exposto, mesmo que exista o poder discricionário do Gestor, considero **REGULAR E LÍCITO** o Processo Licitatório na **modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 023/2025-PMX**, na forma do artigo 75, Inciso II, da Lei 14.133/21, pois presentes os documentos indispensáveis à sua realização, bem como, a escolha da proposta mais vantajosa, com o objetivo de contratar a empresa **T C BORRACHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.640.458/0001-80, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE XINGUARA/PA**, com valor total de R\$ 46.900,00 (Quarenta e seis mil e novecentos reais), estando apta a gerar a despesa.

Recomendo que:

1 – Sejam publicados os atos finais nos órgãos oficiais do Município, no TCM/PA e no PNCP.

Por fim, é o parecer da Unidade de Controle Interno desta Prefeitura.

Xinguara – PA, 28 de agosto de 2025.

**VICTOR DA COSTA BORGES**  
Controlador-Geral do Município  
Decreto nº 47/2025